ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de empresa para prestação de serviços continuados na área de Produção Multimídia

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços na área de produção multimídia, a serem executados por meio de postos de trabalho.

1.2. A prestação de serviços é de natureza contínua, com a seguinte quantidade de postos de trabalho:

Item	Posto de trabalho	Quantidade
01	Produtor multimídia – design gráfico	02

1.3. O local de prestação de serviço dar-se-á na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em Goiânia/GO.

1.4. Há necessidade de execução de atividades externas, a serem realizadas na região metropolitana de Goiânia. Nesses casos, o tribunal garantirá as condições para a execução do trabalho, como fornecimento de transporte e equipamentos.

1.5. Em regra, o horário será de segunda a sexta-feira, das 10h00 às 16h15, com intervalo de 15 minutos. A quantidade de horas diárias de cada profissional alocado será de 6 horas, com carga horária semanal de 30 horas.

1.6. O horário de realização dos serviços de cada profissional estará sujeito a eventuais alterações, conforme as necessidades de serviço do tribunal, respeitados os limites legais.

1.7. Poderá ocorrer a necessidade de realização de serviços após o cumprimento da jornada de trabalho diária ou nos fins de semana e feriados, limitada nos termos da legislação. Nesse caso, a realização de serviços em horas suplementares deverá ser compensada, com a respectiva diminuição na jornada e deverá estar previsto no contrato de trabalho entre a empresa e o empregado ou através de instrumento coletivo.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Ao considerar a necessidade de melhorar o ambiente organizacional, informar o cidadão e valorizar a imagem institucional, a Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região promove campanhas institucionais, conteúdos informativos, eventos administrativos e educativos para interagir com os públicos de interesse (interno e externo).

2.2. Os projetos são planejados pela equipe da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), mas a concepção dos produtos, em suas versões finais, dependem de profissionais que possuem a especialidade na área e que não temos no quadro de servidores do tribunal. Diante dessa insuficiência no quadro de pessoal para a realização dos serviços, faz-se necessária contratação de mão-de-obra especializada terceirizada.

2.3. O perfil apropriado para melhor atender as demandas do tribunal é o profissional em Produção Multimídia com ênfase em design gráfico. Segundo a descrição das atribuições, o concurso para analista legislativo para o Senado Federal, aponta que tal profissional deve:

“gerenciar a informação em texto, áudio, vídeo e fotografia de modo a articular as diversas mídias para publicação em meio digital. Criar, produzir e finalizar recursos multimídia. Domínio de processos de digitalização, edição, criação de interfaces e construção de conteúdos. Controle de qualidade de som e imagem para mídia digital”. (Senado Federal, edital Concurso Público 04/2008, Anexo I, p.17)

2.4. Em sites de oferta de vagas de emprego e banco de currículos, o Produtor Multimídia é associado com responsável em produzir textos, fotos, vídeos e áudios para plataforma interativas e digitais. O Guia do Estudante, revista especializada em cursos e profissões, indica que:

“O bacharel define estratégias de comunicação multimídia, planeja, cria e executa projetos de portais na internet, redes sociais e aplicativos para celulares e tablets. Entende de todos os elementos envolvidos no processo de comunicação - texto, imagem e som, sempre se preocupando com a interatividade e a convergência de mídias. Pode trabalhar no roteiro ou na edição de vídeos, na criação de animações para a internet ou de vinhetas eletrônicas. Lida com softwares, linguagens computacionais e ferramentas de navegação. Ambos costumam trabalhar em parceria com outros profissionais da área de Informática ou de Comunicação, como jornalistas, publicitários, relações públicas ou editores.” (Disponível em <http://origin.guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/comunicacao-informacao/multimidia-producao-multimidia-686737.shtml>, acesso em 30/05/2019 em pesquisa do TRT23)

3. ALINHAMENTO ENTRE O QUE SE PRETENDE CONTRATAR E O PLANO ESTRATÉGICO

3.1. As atividades indicadas estão alinhadas ao Plano de Gestão da Comunicação do TRT 18, ao Plano de Gestão do atual Biênio e ao Plano Estratégico Institucional do TRT18, em especial o objetivo estratégico de “Fortalecer a Comunicação e as Parcerias Institucionais”, tendo em vista auxílio em ações que aprimorarão a comunicação organizacional, facilitarão o fluxo de informações e a interação do TRT com seu público interno e externo.

4. RESULTADOS PRETENDIDOS

4.1. A contratação dos prestadores de serviço pretende garantir a execução de projetos específicos de comunicação institucional, que visam dar maior visibilidade ao tribunal, estreitar as relações com os públicos de interesse e fortalecer a identidade institucional.

4.2. De modo mais específico, os serviços em produção multimídia deverão fortalecer as estratégias de comunicação periódicas, muitas delas diárias: a) digital/internet – site, redes sociais, mídia indoor e intranet; b) audiovisual – transmissão e gravação de eventos, reportagens e programas de rádio e TV e materiais educativos e institucionais; c) artes gráficas – produção de materiais que apoiam a mensagem em atendimento ao ‘visual law’, diagramas, encartes, cartilhas, banners, adesivos, fluxogramas, materiais diagramados.

5. NORMAS ESPECÍFICAS CORRELACIONADAS AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

5.1 No site do Sindicato dos Jornalistas, a Convenção Coletiva firmada abrange tão somente a categoria profissional de “jornalistas profissionais”, conforme documento disponível em: <https://jornalistasgo.org.br/coletiva-2018-19/>

5.2 Não encontramos convenção coletiva relativa a profissional designer vigente em Goiás. Encontramos, contudo, o sindicato patronal Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás, cuja convenção coletiva 2019/2020 abrange 15 ocupações, sendo a de “Técnico em artes gráficas” uma delas. O documento da convenção pode ser acessado em: http://arquivos.sindicatodaindustria.com.br/app/cni_sindicatos/2011/01/10/123/20190805145843293206i.pdf

6. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

6.1. Do início do contrato:

O início do contrato deverá ocorrer logo após a assinatura.

6.2. Do prazo do contrato:

Propomos que a contratação seja de prestação de serviço continuada, com contrato de 30 meses, prorrogável por até 60 meses;

6.2.1. Seguindo orientação do TCU, tem sido praxe a administração pública firmar a vigência dos contratos por 12 meses e prorrogá-los sucessivamente, por iguais períodos, até o máximo de 60 meses. Todavia, conforme o Acórdão 1.214/13 do TCU, essa regra deve ser entendida de maneira que reste claro que o prazo de vigência fixado atende à sua finalidade, que é a obtenção do melhor preço e das condições mais vantajosas para a administração.

6.2.2. Nesse sentido, é pertinente concluir que, quanto maior o prazo de vigência desses contratos, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com isso, é esperado um aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas **mais bem qualificadas** para prestar os serviços.

6.2.3. Destarte, o prazo inicial de vigência de 30 meses só traz benefícios, visto que mitiga o risco de eventualmente a futura contratada não querer renovar e ter que a administração mobilizar toda aparato administrativo para realizar nova licitação, chamar o 2º colocado ou até ser obrigado a fazer uma contratação emergencial, o que demandaria todo um esforço para a nova contratada entender e adaptar-se, gerando inclusive atrasos na prestação de serviços.

6.2.4. Não vislumbramos prejuízo para vigência maior que 12 meses, tendo em vista que, caso não cumprida as obrigações contratuais pela contratada, o instrumento contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo.

6.2.5. Ademais, pode-se inserir previsão contratual para que seja realizada análise sobre a qualidade da prestação de serviços e sobre sua vantajosidade a cada 12 meses.

6.2.6. Por fim, com a dificuldade de reposição de vários postos de trabalho, notadamente relativos à vacância por aposentadoria, tendo em vista a proibição de

aumento de despesa, esta previsão atende ao princípio da eficiência e da economia processual e é muito salutar para reduzir procedimentos desnecessários.

6.3. Do perfil atribuições para o posto de trabalho:

6.3.1. Os postos de trabalho deverão ser preenchidos por profissionais com conhecimento na área e considerar que a execução dos serviços compreende um grau elevado de processo criativo, ou seja, ao desenvolver qualquer produto, não basta apenas executar um “passo a passo” de tarefas, é necessário pesquisar o objetivo da demanda, adaptar conteúdo para a linguagem específica, com uma aplicação profissional dos conceitos estéticos e do Manual de Identidade Visual do Tribunal e criar um conceito da melhor forma de comunicar a informação.

6.3.2. Os prestadores de serviço desempenharão as seguintes atribuições:

- a) Criar mídias para redes sociais, intranet, site e demais canais de comunicação do TRT18;
- b) Criar banners, layouts para adesivos, para divulgação de programas e ações da Justiça do Trabalho e parceiros;
- c) Diagramar documentos institucionais
- d) Providenciar impressão de documentos e mídias institucionais, bem como acompanhar a produção por empresa gráfica contratada;
- e) Planejar e executar campanhas institucionais;
- f) Criar storyboards das campanhas institucionais;
- g) Preparar, organizar e disponibilizar materiais multimídia para eventos institucionais e de parceiros;
- h) Criar, desenvolver e executar trabalhos de natureza artística e funcional visando a sua aplicação em diversas plataformas, incluindo a web;
- i) Produzir conteúdo para site e demais canais de comunicação do tribunal, como textos, fotos, vídeos, áudios e elementos de design gráficos;
- j) Operar equipamentos de áudio e foto, como câmeras fotográficas e gravadores;
- k) Gerenciar e armazenar mídias digitais;
- l) Seguir as diretrizes da Identidade Visual da Justiça do Trabalho, bem como as novas normatizações e regras que venham a surgir.
- m) Apresentar relatório de atividades desempenhadas.

6.3.3. A contratação para atender às necessidades previstas se baseia no conhecimento profissional interdisciplinar nas seguintes áreas: Comunicação Social, Design Gráfico, Artes. Considerando essa demanda e as áreas de referência, os prestadores de serviços devem ter conhecimento e experiência em Comunicação Social e/ou Design, com habilidades em Informática Aplicada e Web.

6.3.4. Convém ressaltar que a criação destes postos de trabalho especializados pretende gerar produtos que devem ser apresentados com qualidade aceitável, compatível com os demais materiais publicitários, informativos e de treinamento oferecidos por órgãos e empresas no setor, pois eficiência da comunicação também é relacionada com apresentação de qualidade dos conteúdos.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

7.1. Para se calcular a quantidade demandada de 2 postos, fizemos um comparativo entre as seguintes subáreas da Comunicação Social:

- Setor de Imprensa, que conta atualmente com a lotação de 5 servidoras. Recebeu **787** chamados entre setembro/2020 e agosto/2021

- Setor de Artes e Comunicação Digital, que conta atualmente com a lotação de 1 servidora e auxílio de 1 estagiário. Este setor exige que o trabalhador possua conhecimentos em ferramentas de design gráfico, sendo, portanto, de difícil ocupação, já que não há cargo com tal especialidade (design gráfico). Recebeu **505** chamados entre setembro/2020 e agosto/2021

Nota-se, portanto, a discrepância entre a lotação de cada subárea e a quantidade de chamados a serem atendidos, com sobrecarga de demandas sobre o Setor de Criação e Comunicação Digital, hoje com apenas 1 servidora e 1 estagiário. Assim, para compensar a falta de pessoal, seriam necessários, a princípio, 2 (dois) postos de trabalho para atender, de forma predominante, aos chamados dirigidos ao Setor de Criação e Comunicação Digital.

Há que se observar, ainda, que o Setor de Multimídia também está com lotação reduzida, contando com apenas 1 servidor e 1 estagiária, unidade que precisa gerir todas as sonorizações, filmagens e a rádio do Tribunal, sem poder, muitas vezes,

atender às demandas de produção de spot e pequenos vídeos/animações por conta de outras demandas existentes.

Assim, os postos de trabalho visam atender a demandas relativas às seguintes áreas da Comunicação no tribunal, de forma integrada:

7.1.1. Redes Sociais e Imprensa

- a) Divulgação de assuntos com potencial informativo;
- b) Cobertura de reuniões e eventos;
- c) Gerenciamento de conteúdo para o Facebook, Twitter, Instagram e Youtube (elaboração de peças gráficas e conteúdo em linguagem própria ao meio), bem como monitoramento das redes;
- d) Produção de material informativo de apoio.

7.1.2. Artes Gráficas

- a) Elaboração de campanhas institucionais;
- b) Monitoramento do conteúdo e recursos do portal do TRT;
- c) Veiculação de peças publicitárias e institucionais;
- d) Gestão da identidade visual da Justiça do Trabalho aplicada aos diversos canais de comunicação do TRT-18;
- e) Criação de layout de peças de sinalização predial do Complexo-sede e varas do interior;
- f) Apoio na divulgação de programas das áreas socioambiental, planejamento estratégico, qualidade de vida, trabalho seguro, ouvidoria e outras áreas;
- g) Criação e atualização de hotspots e websites de projetos e ações desenvolvidos pelo Tribunal.

7.1.3 Multimídia

- a) Gravação, edição e distribuição de conteúdo audiovisual;
- b) Produção, gravação e veiculação de eventos, com disponibilização pelo site e redes sociais;
- c) Gestão do conteúdo do circuito interno de TV;
- d) Gerenciamento do banco de imagens (foto, áudio e vídeo) da Comunicação Social.

7.2 Além destas citadas, há outras demandas que surgem esporadicamente por conta de parcerias com unidades do Tribunal e com outras instituições e entidades.

7.4. A deficiência na lotação pode impactar no cumprimento das metas definidas no Planejamento Estratégico do TRT goiano.

7.6. Conforme indicado, a demanda necessária para desenvolver as atividades acima descritas é de, inicialmente, 2 (dois) profissionais;

8. ANÁLISE DE MERCADO

8.1. Além da contratação de prestação de serviço continuado por meio de postos de trabalho, a possibilidade seguinte foi considerada:

8.1.1. Contratar por tarefas: os problemas que podem vir residem na falta de conhecimento básico dos procedimentos organizacionais do tribunal, como estrutura administrativa, conteúdos de interesse, formas de abordagem dos conteúdos, conhecimento técnico para aplicação de projetos identificados com a comunicação institucional do tribunal. Para suprir tais deficiências, seria necessário o acompanhamento de perto de servidores para que não ocorram erros graves, evitar retrabalhos e diminuição da produtividade dos próprios servidores lotados na Comunicação Social. Tendo em vista a considerável demanda pelo serviço, tal contratação poderia não se revelar vantajosa financeiramente.

8.2 Ressalta-se que, na maioria das vezes, as demandas devem ser atendidas prontamente e não há tempo suficiente para se refazerem os trabalhos.

8.3 Um valor razoável de remuneração atrai profissionais com maior experiência e conhecimentos, evitando-se retrabalhos, tempo dispendido por servidores na revisão dos trabalhos e orientação para refazimentos, além de garantir materiais de maior qualidade.

8.4. Para tanto, pode ser necessário a oferta de um valor um pouco acima do piso da categoria salarial. Tal prerrogativa atende aos princípios da Administração Pública como:

- a) *Razoabilidade* – os representantes das categorias profissionais, ao estabelecerem o piso para a sua categoria, o fazem no sentido de impedir o aviltamento dos serviços prestados por seus representados. Estes pisos são referenciais mínimos, geralmente seguidos por categorias que não exigem tanta qualificação técnica, ou mesmo por empregados em começo de carreira. Não seria razoável admitir que a Administração Pública contratasse somente profissionais em nível básico e inicial de sua carreira, ou mesmo sem as qualificações técnicas adquiridas pelo exercício da profissão para postos de trabalhos estratégicos na área de Comunicação;
- b) *Eficiência* – a qualidade do prestador de serviços está diretamente relacionada com a remuneração e demais benefícios que ele recebe. Exigir que a empresa terceirizada pague salários baixos de forma a viabilizar a sua vitória no certame, seria admitir que a Administração Pública se satisfizesse com prestadores aquém dos padrões de mercado e com qualificações que possivelmente comprometeriam o nível da qualidade atual das atividades desenvolvidas e o progresso sucessivo nos resultados, além de contribuir para o aumento da rotatividade do corpo de trabalhadores.

8.5. Assim sendo, considera-se a média em contratações com órgãos públicos, convenção coletiva e média de mercado para compor o valor de referência mínimo para a remuneração dos profissionais em Produção Multimídia. Diante de pesquisa preliminar sugere-se as seguintes referências para a composição salarial:

8.5.1. A pesquisa de preço em outros órgãos públicos:

- a) O contrato do TRT-23 com a empresa UP Ideias (Contrato nº 17/2017) para posto de “Produção Multimídia”, com validade até janeiro de 2021 ofereceu a remuneração de **R\$ 3.547,04** para cada posto de trabalho. Valor informado pela assessoria de comunicação do TRT-23.
- b) No contrato do edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 92/2018, o Tribunal Superior do Trabalho contratou 03 (três) postos de trabalho como Técnicos

de Sistemas Audiovisuais, com remuneração mínima de **R\$ 3.125,82** para 30 horas/semana. Este item da pesquisa salarial foi feito pelo TRT-23;

- c) No edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 58/2018 e contrato 92/2018, a Câmara dos Deputados, em Brasília, contratou 7 (sete) postos de trabalho para Produtor Multimídia a **R\$ 6.057,75** para 30 horas/semana. Este item da pesquisa salarial foi feito pelo TRT-23;
- d) No contrato 41/2014 do Senado Federal, atualmente há 9 (nove) postos de Operador de Multimídia, com salário inicial, em 2014, de R\$ 3.811,05 e, com as repactuações pela Convenção Coletiva desde então (7% em 2015, 10,5% em 2016, 6% em 2017, 2,70% em 2018 e 3,70% em 2019). Em 2020, o salário correspondia a **R\$ 5.086,81**. Este item da pesquisa salarial foi feito pelo TRT-23.
- e) O Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no edital do Pregão Presencial nº 1/2019, previu remuneração de algumas profissões correlatas, como R\$ 6.500,00 para as vagas de Produção e Diretor de Arte; R\$ 5.000,00 para Social Media; R\$ 4.800,00 para Editor/Videografa e R\$ 3.500,00 para a vaga de Operador de Áudio (RTV), todos com carga horária de 35 horas. A média salarial, de acordo com as atividades a serem desempenhadas, esteve entre **R\$ 4.500,00 a 5.000,00** por 35 horas semanais. Este item da pesquisa salarial foi feito pelo TRT-23.
- f) No âmbito geral dos Tribunais Regionais do Trabalho, em um levantamento feito com assessorias de Comunicação no final de 2020, dos órgãos que se manifestaram, 9 (nove) tribunais possuem algum tipo de contrato de terceirização. Este item da pesquisa salarial foi feito pelo TRT-23.
- g) No TRT da 8ª Região (PA/AP), o Pregão Eletrônico 27/2018 ofereceu dois postos de trabalho, sendo um para jornalista, com salário de R\$ 2.785,74, para 25 horas semanais e um posto para designer gráfico, com salário de **R\$ 2.539,75**, para 35 horas semanais. Este item da pesquisa salarial foi feito pelo TRT-23. Conforme contato telefônico nosso com a assessoria em outubro/2021, os valores permanecem os mesmos.
- h) No TRT da 9ª Região (PR), o contrato 47/2018 e seu termo de apostilamento, apresenta o posto de trabalho em editor de mídia audiovisual, com salário de **R\$ 4.774,99** e o posto de trabalho de operador de câmera, com salário de R\$ 4.804,98, ambos para 30 horas semanais. Este item

consta de pesquisa feita pelo TRT-23; entramos em contato com a assessoria de comunicação do TRT9 para obter um valor atualizado e fomos informados que os postos foram dispensados em 2019/2020.

- i) No TRT da 10ª Região (DF/TO), o contrato 55/2019 contempla o posto de trabalho de designer/diagramador, com vencimento de R\$ 3.446,86 , o posto de trabalho de cinegrafista, com salário de R\$ 3.356,87 tendo jornada de 30 horas semanais, conforme anexos.
- j) No TRT da 19ª Região (AL), o Contrato 14/2019 apresenta os postos de trabalho de editor de vídeo, operador de vídeo e operador de áudio, todos com salário de **R\$ 3.744,93** para jornada de 30 horas semanais, conforme repactuação, também anexa. O salário total de cada postos, com os encargos, ficou R\$ 6.191,06.

8.6. Pisos Salariais e Convenções

Procuramos os pisos salariais de áreas de atuação não necessariamente de designer, mas também de áreas da comunicação social. Vejamos os resultados.

8.6.1: Jornalistas. O Sindicato dos Jornalistas de Goiás apresenta o piso salarial de **R\$ 2.510,00**, cuja data-base é maio de 2021. A jornada semanal de trabalho do jornalista é de 30 horas ¹.

8.6.2 Designer gráfico. No site do Sindicato das Indústrias Gráficas de Goiás, encontramos a última convenção vigente (<http://www.sindicatodaindustria.com.br/sigegogo/convencoes/>), onde há disposição sobre piso de várias funções, dentre elas, a mais parecida com a contratação pretendida, é de “Técnico em artes Gráficas”, com piso de R\$ **2.637,93**. Jornada de 44 horas semanais.

8.6.3 Média salarial no mercado de trabalho para empresas na área de serviços:

8.6.3.1. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) disponibiliza uma tabela com o salário médio de admissão e de desligamento. A base de dados utilizada é o CAGED – Cadastro de Empregados e Desempregados, disponibilizada mensalmente pelo Ministério da Economia. O cargo compatível seria “CBO 262410 Desenhista Industrial Gráfico (Designer Gráfico)”. Conforme

¹ Sobre jornada de trabalho de jornalista: <https://www.migalhas.com.br/depeso/335671/assessores-de-imprensa-e-jornalistas-devem-cumprir-jornadas-de-5-horas-na-minha-empresa>

pesquisa realizada em 22/10/2021², temos para esta ocupação o seguinte: Carga Horária de 42h; Piso Salarial R\$ 2.861,91; Média Salarial **R\$ 3.135,69**.

8.7: Nesse levantamento do custo estimado da contratação de empresa para prestação de serviços de produção multimídia, encontram-se alguns valores acima de 4,5 mil reais, sendo eles o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o TJ-MT e o TRT-PR. Por outro lado, entre os menores valores encontrados, esteve R\$ 2,5 mil, no TRT-8 (Amapá/Pará). Há que se considerar, em termos de valores medianos, os R\$ 3,5 mil encontrados na contratação do TRT-23. Os argumentos apresentados nos itens 8.3 e 8.4 nos levam a considerar mais apropriado oferecer uma remuneração dentro dos patamares medianos encontrados na pesquisa. Como a contratação será iniciada somente no ano de 2022 e tendo em vista os níveis de inflação e, possivelmente, repactuações nas remunerações encontradas no levantamento acima, sugerimos que o valor de salário a ser oferecido ao profissional de multimídia a ser contratado seja de **R\$ 3.600,00**.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Não se aplica, pois o objeto prevê contratação de serviços continuados.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

10.1. As condições de trabalho são oferecidas pela Coordenadoria de Comunicação Social, como uma mesa de trabalho com computador para uso de softwares de design e edição de imagens, equipamentos de gravação e transmissão, e acessórios necessários para a execução das tarefas.

10.2. Por ser uma estrutura já disponível, não haverá criação de despesas ou necessidade de adaptação do ambiente do tribunal ao contratar a empresa para prestar os serviços.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS

11.1. Tendo essa referência de salário-base mínimo, há que se considerar *encargos sociais e benefícios previstos na CLT, como 13º, férias, 1/3 de férias, FGTS e outros custos como B.D.I., ISS, etc.*

² Pesquisa realizada no site www.salario.com.br/tabela-salarial/ - - Novo CAGED/eSocial/Empregador Web - **Atualização:** 29 de setembro de 2021

11.2. Sugere-se que a remuneração do profissional não seja inferior ao indicado no item 8.7.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Há a contratações de postos terceirizados, atualmente no TRT-18, em contratos geridos pelas seguintes unidades: Divisão de Material e Logística, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Secretaria de Manutenção e Projetos e Divisão de Segurança Institucional.

14. ANEXOS

O presente estudo baseou-se em pesquisa prévia realizada pela Assessoria de Comunicação do TRT-23, complementada por esta equipe de planejamento, da CCS-TRT-18. Os arquivos utilizados como base para os estudos estão upados em pasta compartilhada por aquele tribunal e disponível no seguinte link:

https://drive.google.com/file/d/16Doaab6SRx02c_m-VOp7SS41sRoyzu9/view?usp=sharing

No link acima, é possível consultar, ainda, o Termo de Referência e demais documentos da contratação do TRT-23.

Os endereços da web utilizados na pesquisa empreendida por esta equipe da CCS/TRT-18 encontram-se dispostos como notas de rodapé ao longo do documento. Também utilizamos alguns contratos de terceirizados de outros Tribunais como referência, os quais foram anexados a este P.A., conforme discriminação a seguir:

- TRT10: contrato, termo de referência de postos terceirizados; e e-mails trocados
- TRT19: contrato de terceirizados da comunicação e tabela de reequilíbrio financeiro

MAPA DE RISCOS

Serviços de baixa qualidade	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Atrasos de entregas e simplificação de projetos a ponto que não atendam as áreas demandantes põem em risco a viabilidade da execução das tarefas em que a Comunicação Social esteja envolvida, portanto é fundamental evitar este risco.
Ações previstas para reduzir ou eliminar riscos:	<ul style="list-style-type: none"> • Especificar as atividades a serem desempenhadas para o posto de trabalho. • Exigir conhecimento profissional prévio, com critérios de substituição do prestador de serviço caso não atenda à demanda. • Desenvolver atividades de forma integrada com a equipe para assimilar as propostas solicitadas e produzir conforme os critérios da Comunicação Social.
Responsáveis:	Equipe da CCS.
Período:	A partir da elaboração do Termo de Referência, incluindo o período de execução do contrato.

Descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, FGTS e outros	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	Precarização da prestação de serviços e consequências no âmbito judicial devido ao não cumprimento da legislação trabalhista, com possível responsabilização da Administração Pública.
Ações previstas para reduzir ou eliminar riscos:	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar sistema de conta vinculada e de seguro-garantia com cobertura para risco trabalhista. • Fiscalizar periodicamente comprovantes de depósitos das obrigações contratuais.
Responsáveis:	Equipe de gestão e fiscalização e SOF.
Período:	Vigência do contrato.

Goiânia, outubro de 2021

14

Goiânia, 28 de outubro de 2021.

[assinado eletronicamente]

LÍDIA BARROS NERCESSIAN
COORDENADOR CJ-2

[assinado eletronicamente]

CARLA CRISTINA CARVALHO
CHEFE DE SETOR FC-3